

Comunicado

Corte Interamericana de Derechos Humanos

Corte IDH_CP-09/2024 Português

Se tiver dificuldade para ver esta mensagem, clique [AQUI](#)



Corte IDH
Protegendo Direitos

CONCLUIU A 1ª EDIÇÃO DO CURSO INTERNACIONAL "CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO"

San José, Costa Rica, 1 de março de 2024 - Em 23 de fevereiro de 2024 foi concluído o o Curso Internacional "Cumprimento de Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Políticas Públicas para sua Implementação". Esta primeira edição do Curso Internacional, que começou em novembro de 2023, foi organizada pela Corte Interamericana e pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), no âmbito de um Acordo assinado entre ambas as instituições.

A cerimônia de encerramento foi Presidida pela Presidenta da Corte IDH, Juíza Nancy Hernández López, que também proferiu uma conferência sobre os padrões jurisprudenciais do Tribunal em matéria de independência judicial, reparações e seu cumprimento.

A Presidenta também destacou a importância dessa proposta acadêmica por seu foco na implementação das diversas formas de reparação ordenadas pela Corte IDH em suas Sentenças. Além disso, enfatizou que o curso constituiu um espaço de troca de experiências entre os mais de 70 participantes de 15 países da região, incluindo: agentes estatais e pessoas que trabalham em instituições que exercem a representação jurídica dos Estados nos processos perante a Corte IDH; funcionários públicos de diversas instituições; representantes de supostas vítimas e vítimas em processos perante o Sistema Interamericano; defensores públicos interamericanos, e pessoas da sociedade civil e da academia interessadas na implementação das reparações ordenadas pela Corte IDH.



Sobre o Curso Internacional

O objetivo deste curso é capacitar sobre as diferentes formas de reparação ordenadas pela Corte IDH em suas Sentenças, o procedimento e seus mecanismos para a supervisão do seu

cumprimento e o impacto que o desenho e a implementação de políticas públicas com perspectiva de direitos humanos por parte dos Estados podem ter na implementação das reparações. Também visa facilitar a troca de experiências sobre boas práticas, desafios e soluções de problemas que surgem na implementação das reparações ordenadas nas Sentenças.

Além disso, busca formar a gestão de políticas públicas sob uma perspectiva de direitos humanos, tudo isso no contexto de um espaço de discussão e reflexão.

O curso teve lugar entre 27 de novembro de 2023 e 23 de fevereiro de 2024, combinando formação teórica e prática em conferências virtuais síncronas e outras ministradas presencialmente em uma semana obrigatória, realizada na sede do IPPDH em Buenos Aires, Argentina. A abertura do curso foi realizada pelo então Presidente da Corte IDH, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, e pelo Sr. Remo Carlotto, então Diretor do IPPDH. O evento contou também com uma conferência magistral de Pablo Saavedra Alessandri, Secretário da Corte IDH, sobre o impacto estrutural e a implementação das reparações ordenadas pela Corte IDH.

A formação foi conduzida pela Diretora e por advogadas da Unidade de Supervisão de Cumprimento de Sentenças, advogados da Secretaria da Corte IDH e funcionárias da equipe do IPPDH. Professores especialistas em diferentes conteúdos abordados no curso também participaram como docentes.

Mais informações sobre o conteúdo do curso estão disponíveis [aqui](#).

Sobre a semana presencial do Curso Internacional



Entre 5 e 9 de fevereiro de 2024 ocorreu a semana presencial obrigatória deste Curso Internacional, na sede do IPPDH em Buenos Aires, Argentina.

A abertura da semana presencial foi realizada pela Presidente da Corte IDH, Juíza Nancy Hernández López, e pelo Diretor do IPPDH, Remo Carlotto, que deram as boas-vindas aos participantes e compartilharam suas reflexões sobre a importância da primeira edição deste curso internacional. A Diretora eleita do IPPDH para o período 2024-2026, Andressa Caldas, acompanhou essa atividade e participou como docente durante a semana presencial.

Após a abertura, houve a conferência inaugural do Dr. Víctor E. Abramovich, Procurador Fiscal perante a Suprema Corte de Justiça da Nação, ex-Comissário da CIDH e Ex-Diretor Executivo do

IPPDH, que apresentou aos participantes diferentes desafios no acompanhamento e cumprimento das Sentenças da Corte IDH sob uma perspectiva de políticas públicas. A conferência inaugural foi aberta em formato virtual e pode ser vista completa [aqui](#).

Durante essa semana, os participantes do curso compartilharam mais de 12 aulas temáticas e workshops, abordando, entre outros, os seguintes temas: mecanismos da Corte IDH para supervisão do cumprimento das reparações; mecanismos nacionais para a implementação das reparações; garantias de não repetição; o ciclo das políticas públicas e a transversalização dos princípios da abordagem de direitos humanos; elaboração de indicadores e avaliação de políticas públicas; reparações com perspectiva de gênero; reparações em benefício de defensores de direitos humanos; reparações em benefício de crianças e adolescentes, e políticas públicas de Memória, Verdade e Justiça e experiências dos Estados e organizações representantes das vítimas na articulação de ações para o cumprimento de sentenças da Corte IDH.

Por parte da Corte IDH, participaram presencialmente como docentes as advogadas Ana Lucía Aguirre e Ana Lucía Ugalde, da Unidade de Supervisão de Cumprimento da Secretaria do Tribunal.



Remo Carlotto, Director del IPPDH, Ana Lucía Aguirre (Corte IDH), Haydeé Closs (IPPDH), Ana Lucía Ugalde (Corte IDH) y Andressa Caldas, Directora electa del IPPDH.

Além disso, durante o curso, foi realizado um painel para que alguns dos participantes, que são funcionários públicos, compartilhassem as experiências dos Estados na articulação de ações para o cumprimento das Sentenças da Corte IDH e outro para que participantes da sociedade civil, academia e instituições nacionais de direitos humanos expusessem sobre sua participação na etapa de Supervisão de Cumprimento de Sentenças perante o Tribunal Interamericano.

Para encerrar a semana presencial, foi realizada uma conferência com exposições de Roberta Eugênio, Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial do Brasil, e Roberto Saba, especialista em temas de direitos humanos e políticas públicas. As conferências de encerramento foram abertas, em formato virtual, e podem ser vistas por completo [aqui](#).

Também foi realizada a entrega de diplomas às pessoas da região que participaram dessa primeira edição da capacitação.

¹ A Juíza Verónica Gómez não participou da deliberação da Sentença deste caso por ser de nacionalidade argentina, conforme o Art. 19 do Regulamento da Corte.

² A Juíza Patricia Pérez Goldberg não participou da deliberação da Sentença deste caso por ser de nacionalidade chilena, conforme o Art. 19 do Regulamento da Corte.

³ A composição da Corte para esta Sentença de Interpretação foi a seguinte: Juíza Elizabeth Odio Benito, Presidenta (Costa Rica); Juiz Patricio Pazmiño Freire, Vice-Presidente (Equador); Juiz Eduardo Ferrer Mac-Gregor (México); Juiz Eugenio Raúl Zaffaroni (Argentina) e Juiz Ricardo Pérez Manrique (Uruguai). O Juiz Humberto Antonio Sierra Porto (Colômbia) não participou da deliberação da Sentença de Interpretação por ser de nacionalidade colombiana. A Corte realizou uma sessão em formato virtual com a antiga composição do Tribunal, que continuou com o conhecimento e deliberação do Caso Integrantes e Militantes da União Patriótica Vs. Colômbia.

⁴ O Juiz Humberto Antonio Sierra Porto não participou da Audiência Pública deste caso por ser de nacionalidade colombiana, conforme o Art. 19 do Regulamento da Corte.

⁵ A Juíza Patricia Pérez Goldberg não participou da Audiência Pública deste caso por ser de nacionalidade chilena, conforme o Art. 19 do Regulamento da Corte.

⁶ O Juiz Rodrigo Mudrovitsch não participou da Audiência Pública deste caso por ser de nacionalidade brasileira, conforme o Art. 19 do Regulamento da Corte.

⁷ O Juiz Rodrigo Mudrovitsch não participou da Audiência Pública deste caso por ser de nacionalidade brasileira, conforme o Art. 19 do Regulamento da Corte.

O presente comunicado foi redigido pela Secretaria da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo de responsabilidade exclusiva da mesma.

Para mais informações, favor dirigir-se ao site da Corte Interamericana www.corteidh.or.cr ou enviar um e-mail para Pablo Saavedra Alessandri, Secretário, a corteidh@corteidh.or.cr. Para o escritório de imprensa, contate Gabriela Sancho em prensa@corteidh.or.cr.

Você pode se inscrever nos serviços de informação da Corte [aqui](#). Para deixar de receber informações da Corte IDH, envie um e-mail para comunicaciones@corteidh.or.cr. Também pode seguir as atividades da Corte nas seguintes redes sociais: [Facebook](#), [Twitter](#) (@CorteIDH para a conta em espanhol, IACourtHR para a conta em inglês e @CorteDirHumanos para a conta em português), [Instagram](#), [Flickr](#), [Vimeo](#), [YouTube](#), [LinkedIn](#) e [SoundCloud](#).

Corte Interamericana de Derechos Humanos. 2024.  BY-NC-ND

Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 3.0 Unported](#)

Avenida 10, Calles 45 y 47 Los Yoses, San Pedro, San José, Costa Rica.



www.corteidh.or.cr
corteidh@corteidh.or.cr



(506) 2527-1600



Avenida 10, Calles 45 y 47
Los Yoses, San Pedro, San
José, Costa Rica.

Siga-nos em:

